



MUNICIPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

EDITAL

Nº 347/XI-2º/2014-15

(Os cortes da saúde afetam a qualidade dos cuidados prestados)

EU, JOSÉ MANUEL MAIA NUNES DE ALMEIDA, PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE ALMADA

Torno público que na Primeira Reunião da Sessão Ordinária referente ao mês de junho de 2015 da Assembleia Municipal de Almada, realizada no dia 25 de junho de 2015, a Assembleia Municipal aprovou a seguinte Moção/Deliberação:

MOÇÃO/DELIBERAÇÃO

A falta de medicamentos e de outros materiais de uso clínico, as longas horas de espera nas urgências hospitalares, as dificuldades em ter uma consulta a tempo e horas (não pode deixar de ser realçada, entre outras situações, o que se tem passado nos últimos dias com as longas filas para obtenção das colonoscopias), equipas desfalcadas por falta de médicos, enfermeiros, técnicos e assistentes operacionais, a falta de recursos para reparar ou renovar equipamentos ou instalações, tudo isto passou a ser o dia-a-dia na maioria dos centros de saúde e hospitais do SNS.

O governo tudo pretende explicar com a falta de profissionais. Sucede que essa falta é resultado exatamente da política do governo, é uma opção e não uma fatalidade para a qual não há solução.

Os cortes nos sucessivos orçamentos do SNS levaram ao corte no pessoal prejudicando drasticamente o funcionamento dos serviços.

Faltam milhares de enfermeiros no SNS e não faltam enfermeiros no desemprego para serem contratados mas que são empurrados para a emigração nos últimos anos; 10 775 enfermeiros pediram à Ordem a documentação necessária para trabalhar no estrangeiro.

Faltam médicos porque o governo cruzou os braços e promoveu a sua reforma antecipada. Um estudo recente revela que 65% dos novos médicos ponderam a emigração como sua opção de futuro.



EDITAL

Nº 347

O estudo “O Sistema de Saúde Português no tempo da Troika: A Experiência dos Médicos”, realizado pelo ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa, divulgado no passado dia 8 de Junho em que foram inquiridos mais de 3 000 médicos, dos quais 80% consideraram que as reformas do setor público afetaram a qualidade dos cuidados prestados e cerca de 85% que o Serviço Nacional de Saúde não pode acomodar mais cortes no financiamento sem comprometer a qualidade dos cuidados”.

Metade dos médicos do SNS inquiridos, afirmou que há faltas recorrentes de material nas instituições e apontam que há aumento do abandono de tratamentos por motivos económicos.

60% dos médicos dos centros de saúde dizem que há faltas recorrentes de material, no setor hospitalar a percentagem é de 44%.

60% dos médicos do SNS inquiridos referem que aumentou o abandono de terapêuticas por parte dos doentes por motivos económicos.

80% dos médicos indicam que os doentes pedem cada vez mais receitas com medicamentos mais baratos.

O abandono de tratamentos por parte dos doentes por motivos económicos é assinalado por 70% dos médicos na psiquiatria e pneumologia, 60% na medicina geral e familiar e 50% na oncologia.

O estudo refere também que 80% dos internos e 50% dos médicos especialistas com atividades de formação, consideram que a qualidade formativa do internato médico diminuiu desde 2011.

O coordenador do estudo, Tiago Correia, realçou à imprensa que “se quisermos pensar na qualidade dos serviços de saúde - não só no sistema público mas também nos privados - temos que pensar que sistema estamos a criar para daqui a 20 anos. Essa dinâmica é muito invisível e vamos estar a pagar essa fatura mais tarde e a resolução do problema vai demorar muito mais anos do que comprar um pacote de luvas ou seringas”.

O Observatório Português dos Sistemas de Saúde (OPSS) - parceria entre a Escola Nacional de Saúde Pública da Universidade Nova de Lisboa (ENSP), o Centro de Estudos e Investigação em Saúde da Universidade de Coimbra (CEISUC), Universidade



EDITAL

Nº 347

de Évora e a Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa, no seu Relatório de Primavera 2015, analisou a saúde das portuguesas e dos portugueses após a intervenção da Troika e concluiu que faltam enfermeiros, os médicos estão mal distribuídos e que o valor das taxas afasta os doentes do SNS, o rácio enfermeiro/médico é dos mais desequilibrados dos países da OCDE, o número de consultas médicas “per capita” e por ano é muito inferior à média da OCDE, as despesas de saúde têm vindo a aumentar, houve uma diminuição de consultas nos Cuidados de Saúde Primários assim como se verificou o enfraquecimento da rede dos transportes não urgentes de doentes. No que se refere ao acesso a camas nos hospitais, assistiu-se a uma contínua redução de camas nos hospitais do SNS e ao mesmo tempo a um aumento de camas nos hospitais privados, no contexto de um país em que o rácio de camas por habitante é dos menores da União Europeia. No acesso à inovação terapêutica o OPSS refere que Portugal ocupa os últimos lugares, seja ao nível dos ensaios clínicos, como através de medicamentos de primeira linha, comparticipados.

Os estudos, agora tornados públicos, não deixam qualquer dúvida de que toda a propaganda do Ministro de Saúde e do governo cai por terra face à realidade que a maioria das portuguesas e dos portugueses têm enfrentado.

Persistem e agravam-se enormes deficiências e debilidades no SNS, as quais não se coadunam com os mais elementares direitos à saúde.

Os utentes de saúde do Concelho de Almada têm sofrido de forma especial os resultados da política levada a efeito pelo governo do PSD/CDS.

A dificuldade na obtenção de consultas conduz, inevitavelmente, ao recurso ao Hospital Garcia de Orta onde se verificam tempos de espera muito dilatados, obrigando os utentes a aguardarem várias horas para serem observados como resultado da falta de profissionais de saúde que possam responder às solicitações.

A Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Ordinária, em 25 de Junho de 2015, delibera:

1. Reafirmar as tomadas de posição anteriormente assumidas em defesa do SNS e da exigência da colocação de médicos, enfermeiros, técnicos e assistentes



MUNICIPIO DE ALMADA
Assembleia Municipal

EDITAL

Nº 347

operacionais no Hospital Garcia de Orta e nas Unidades de Cuidados de Saúde do Concelho de Almada;

2. Reiterar a necessidade da construção no Feijó, em terreno cedido há anos pela Câmara Municipal de Almada, de uma Unidade de Cuidados de Saúde Primários, por forma a colmatar as necessidades sentidas pelos utentes.
3. Exigir que sejam tomadas medidas para que os utentes de saúde da Trafaria possam ter direito aos cuidados indispensáveis sem serem obrigados a enfrentar as dificuldades com que estão confrontados atualmente.

**POR SER VERDADE SE PUBLICA O PRESENTE «EDITAL» QUE VAI POR MIM ASSINADO E IRÁ SER AFIXADO NOS LUGARES DO ESTILO DESTE CONCELHO.
Almada, em 26 de junho de 2015**

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

(JOSÉ MANUEL MAIA NUNES DE ALMEIDA)